

AGRICULTURA FAMILIAR E COOPERATIVISMO NO MUNICÍPIO DE SANTA HELENA – PR

Bruna Marynowski¹
Juarez Bortolanza²
Silvana Anita Walter³

Resumo

A agricultura familiar tem encontrado um espaço diferenciado para a criação de estratégias para sua reprodução social e econômica via cooperativismo. O artigo tem como objetivo analisar as características da agricultura familiar no município de Santa Helena, contextualizando a importância do cooperativismo como forma de integração para a sustentabilidade dos estabelecimentos agropecuários de agricultura familiar no município. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica, extraídos principalmente de livros e artigos científicos. Como conclusão, identificou-se que os agricultores familiares precisam de mecanismos que os auxiliem a ter eficiência produtiva para se manterem sustentáveis no sistema de mercado; um deles, fortemente defendido, é o cooperativismo, o qual é referência no município analisado.

Palavras chave: Oeste do Paraná, Santa Helena, Agricultura Familiar, Cooperativismo.

FAMILY AGRICULTURE AND COOPERATIVISM IN THE MUNICIPALITY OF SANTA HELENA – PR

Abstract

Family farming has found a differentiated space for the creation of strategies for its social and economic reproduction via cooperativism. The article aims to analyze the characteristics of family farming in the municipality of Santa Helena, contextualizing the importance of cooperativism as a form of integration for the sustainability of family farming agricultural establishments in the municipality. It is a bibliographical research, extracted mainly from books and scientific articles. In conclusion, it was identified that family farmers need mechanisms that help them to have productive efficiency to remain sustainable in the market system; one of them, strongly defended, is cooperativism, which is a reference in the analyzed municipality.

Keywords: West Paraná, Santa Helena, Family Agriculture, Cooperatives.

¹ Graduanda em Administração Unioeste – Marechal Cândido Rondon. bruninha_marinowski@hotmail.com

² Pós – doutor em Gestão Universitária (UFSC – SC), Doutor em Engenharia da produção (UFSC – SC). Professor Adjunto do curso de Administração – UNIOESTE – MCR. juarezbortolanza@gmail.com

³ Doutora em Administração. Professora do curso de Administração – UNIOESTE – MCR. silvanaanita.walter@gmail.com

1. Introdução

Os estudos relacionados à agricultura familiar, visto a grande importância e expressão no meio rural brasileiro são importantes no meio rural. Conforme o Censo Agropecuário 2017, existem 3.897.408 estabelecimentos rurais que atendem os critérios da Lei que os classifica como agricultura familiar, o que representa 77% dos estabelecimentos (IBGE, 2017). Estes estabelecimentos ocupam uma área de 81 milhões de hectares, ou seja, 23% da área total dos estabelecimentos agropecuários brasileiros e a agricultura familiar foi responsável por 23% do valor total da produção dos estabelecimentos, sendo que no Paraná representam 23% dos estabelecimentos e responde por 27,39% do valor da produção (IBGE, CENSO AGRO 2017).

Segundo Guilhoto *et al* (2007, p.13), "o setor agropecuário familiar é sempre lembrado por sua importância na absorção de empregos e na produção de alimentos, voltada especialmente para o autoconsumo". Porém, devido a sua baixa capacidade produtiva de trabalho e menores condições de aquisição tecnológica, ela é focada mais no caráter social do que o econômico.

A agricultura familiar tem como características principais: a produção é orientada para o mercado, mas também para a subsistência da família, a mão de obra é predominantemente familiar, assim como a terra e os meios de produção são pertencentes a família. (GRISA e SCHNEIDER, 2015). Diante de um cenário em que a agricultura familiar vem passando por profundas mudanças produtivas, tecnológicas e de acesso aos mercados, identificou-se a necessidade de realizar estudos voltados para os agricultores familiares, em busca de outras estratégias para a permanência destes no meio rural com trabalho e renda digna.

Uma dessas estratégias são as cooperativas. A prática do associativismo ou cooperativismo tem-se apresentado como importante ferramenta para a agricultura familiar e contribuído para que agricultores familiares continuem suas atividades agrícolas, pois auxilia no acesso as políticas públicas, aumento da produtividade e participação com competitividade na comercialização dos seus produtos. Em todo o mundo, as cooperativas desempenham papéis importantes nas indústrias agroalimentares, ao fornecer produtos agrícolas, matéria prima, para transformar em produtos agroindustriais (AREF, 2011).

Diante da problemática apresentada, delineou-se o problema de pesquisa: De que forma o cooperativismo pode auxiliar para a sustentabilidade dos estabelecimentos agropecuários de agricultura familiar no município de Santa Helena – PR?

O artigo tem como objetivo analisar as características da agricultura familiar no município de Santa Helena, contextualizando a importância do cooperativismo como forma de integração para a sustentabilidade dos estabelecimentos agropecuários de agricultura familiar no município.

O presente estudo se justifica pela importância social e econômica que possui a agricultura familiar no Brasil e esse (re)nascimento da temática agricultura familiar no âmbito dos estudos rurais brasileiros que remete a questionamentos sobre o futuro dessa forma social de produção e trabalho. Conforme Schneider (2005), a agricultura familiar produz e fornece alimentos básicos de preço acessível e de boa qualidade para a população. Dessa forma, também se justifica pelo papel que a agricultura familiar vem assumindo em relação à segurança alimentar e nutricional da população.

A presente pesquisa está estruturada em cinco seções, sendo esta, a primeira, em que consta o problema, objetivo, justificativa e estrutura da pesquisa. Na segunda seção contempla a história do Oeste do Paraná e do município de Santa Helena e os conceitos relacionados à Agricultura Familiar e cooperativismo. Na terceira é destacada a metodologia utilizada; na quarta, são expostos os resultados do estudo; e por fim, na última seção, apresenta-se as considerações finais, além das referências bibliográficas.

2. Referencial Teórico

A história de colonização da região Oeste do Paraná, embora recente, registra algumas peculiaridades que podem ser evidenciadas a partir dos movimentos de ocupação e colonização, para identificar aspectos da agricultura familiar na região. Até meados da década de 1920, o Oeste era uma fronteira desnacionalizada, sendo que, em Foz do Iguaçu, o português era falado apenas pelos funcionários públicos e a moeda circulante era o peso argentino e entre a população iguaçuense predominava os idiomas guarani e castelhano (WACHOWICZ, 1988).

O desenvolvimento dos empreendimentos argentinos, denominados obrages no Brasil, foi facilitado por um acordo, em meados do século XVIII, pelo governo imperial, de navegabilidade com a Argentina e o Paraguai, com o objetivo de garantir o acesso ao estado do Mato Grosso do Sul, já que a única forma de chegar até lá era pela foz do rio da Prata até o rio Paraná. Em contrapartida, a Argentina garantiu o direito de navegar o Rio Paraná, desde a foz do Rio Iguaçu até as Sete Quedas, facilitando o transporte ilegal da erva-mate e madeira, extraídos do Brasil, em direção à Argentina (WACHOWICZ, 1988).

Com a Revolução de 1924, a situação de miséria e abandono da região, foi finalmente revelada pelos combatentes que estavam nos conflitos da região. Assim, durante o governo de Getúlio Vargas, na década de 30, iniciou-se o movimento denominado “Marcha para o Oeste” que tinha como objetivo povoar o chamado “sertão paranaense” (WACHOWICZ, 1982).

Foi um movimento implementado a partir da década de 1930, com o intuito de “horizontalizar quesitos étnicos, econômicos e sociais”, ou seja, fazer os brasileiros, até então muito presentes somente no litoral do país, “circularem para o Oeste, a fim de que todos, de uma forma ou de outra, estivessem presentes no grande todo” (WACHOWICZ, 1982, p. 144). Contribuiu sobremaneira para a ocupação do espaço que, até então, era conhecido como “sertão paranaense”, cujo domínio era exercido pelos obrageros, sobretudo argentinos, que exploravam ilegalmente a erva-mate e madeira nativas da região (WACHOWICZ, 1982).

As iniciativas do Governo com atividades políticas para a ocupação e povoamento do Paraná, no encontro de modernização econômica do Estado, fazem parte dos relatórios dos governos de Manoel Ribas (1932-1937 e posteriormente como interventor entre 1937 e 1945) e nos governos posteriores (CRESTANI, 2010; PRIORI et al, 2012). O Paraná passa a ter destaque no cenário econômico do país e atraiu uma variedade de fluxo migratório diante das oportunidades e desafios no governo de Moyses Lupion (1956-1961), o qual também, em seu segundo mandato, desenvolve uma forte propaganda da oferta de títulos de propriedade, como meio de atrair migrantes, bem como em auxiliar economicamente esses ocupantes (CRESTANI, 2010; PRIORI et al, 2012).

2.1. A trajetória do município de Santa Helena - PR

Em 1858, Domingos Barthe, devoto de Santa Helena, fundou o porto de Santa Helena e deu início as atividades da Companhia Domingos Barthe, que também realizava a exploração da madeira na região, dentro do sistema de *obrages*, com funcionamento até a década de 1930 (COLADEL, 1988)

O município de Santa Helena teve origem em um projeto de apropriação pela Madalozzo de Erechim e outros, às margens do Rio Paraná. As primeiras famílias desembarcaram no Porto de Santa Helena por volta de 1920 e encontraram, nesta região, um contingente razoável de ingleses que exploravam madeira e erva-mate. Em 1924, o município foi palco de algumas ações da legendária Coluna Prestes, que, em sua passagem pela região, expulsou os ingleses deste território. Em 1967, através da Lei Estadual nº 5.497, de 3 de fevereiro de 1967, e instalado em 29 de dezembro de 1968, o município de Santa Helena, sendo nesta mesma data desmembrado de Medianeira e Marechal Cândido Rondon (COLADEL, 1988).

2.2. Alterações demográficas na região oeste do Paraná e no município de Santa Helena – PR com a construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu

A partir de 1930, começou a delinear-se uma política de governo interessada em fazer do Brasil uma grande nação. Como é um país capitalista, seguindo o modelo econômico que visava o desenvolvimento industrial, em sua busca de acumulação, a produção energética passou a ser de vital importância para cumprir esse papel. As décadas seguintes se dedicaram a esse objetivo, e a construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu se justificava, pois, iria abastecer o Estado de São Paulo, maior centro industrial do país. (LIMA, 2004).

A usina começou a ser construída em maio de 1975. Em outubro de 1982, concluiu-se a construção da barragem. Foram instalados os equipamentos eletromecânicos, geradores e deu-se o início de operação em maio de 1984 (MAZZAROLLO, 2003; RELATÓRIO DE SUSTENTABILIDADE ITAIPU, 2014)

A região Oeste do Paraná, estava em franco desenvolvimento quando da construção do Lago de Itaipu, pois neste período, ainda em desbravamento de suas terras, para uso agrícola, proporcionou novas oportunidades para as atividades agropecuárias. A área que necessitava ser alagada para a formação do reservatório da usina precisou ser desocupada e com isso, os proprietários de propriedades que se localizavam na região que futuramente seria tomada pelas águas foram indenizados.

As áreas alagadas eram de predominância agrícola e que estavam em plena produção, influenciando no potencial econômico dos municípios afetados. Além das propriedades rurais e urbanas, vários investimentos em infraestruturas municipais e estaduais foram perdidos debaixo d'água, como escolas, rodovias, entre outros.

Segundo RIBEIRO (2002, p. 28):

Além das propriedades rurais e urbanas, foram indenizados 42 templos religiosos e 95 escolas existentes na área desapropriada. Os cemitérios também foram recolocados para outros distritos, dentro do mesmo município, mas que não seriam

atingidos pela inundação. Em convênio com as prefeituras municipais, foram transladados os restos mortais de 1.090 pessoas.

Houve impacto também no crescimento demográfico. O crescimento demográfico, marcante tanto pela forma natural, pelas altas taxas de natalidade, mas, principalmente pela migração de gaúchos e catarinenses, para seu estabelecimento nesta região. A Tabela 01 ilustra o crescimento populacional em Santa Helena, nas décadas de 1970 a 2020.

Tabela 01 - Crescimento da População de Santa Helena - PR

Fundação	1970	1980	1991	2000	2010	2020
1967	26.834	34.884	18.861	20.491	23.413	26.767

Fonte: IBGE - Censos demográficos 1970,1980,1991,2000, 2010 e 2020. Adaptado pelos autores.

Sua população caiu drasticamente com a construção do Lago de Itaipu, em torno de 30%, ocorrendo uma grande evasão rural para as cidades, outros municípios e até mesmo para outros estados. A emancipação do antigo distrito de São José das Palmeiras no ano de 1986 também contribuiu para a diminuição populacional de Santa Helena. Atualmente, São José das Palmeiras possui aproximadamente 4.000 habitantes (IBGE, 2020).

É difícil precisar o quanto a formação do lago da Usina de Itaipu impactou sobre os índices de urbanização da região, porém, em virtude do número de pessoas atingidas – 42.444 habitantes no total, sendo 38.445 do meio rural e 3.999 do meio urbano (SOUZA, 2002) –, mas pode-se afirmar que este fato tenha repercutido sobre a estrutura da ocupação territorial do Oeste paranaense.

Com parte de seu território povoado por agricultores, que era cultivado e altamente produtivo, foi alagado e desapropriado, novas atividades econômicas ganharam mais destaque, como o movimento para a industrialização, e uso do potencial turístico ofertado pelas águas do Lago com iniciativa de setores do poder político e empresarial.

Houve diminuição da área cultivada com o alagamento bem como de quantidade de estabelecimentos na área rural. A Tabela 02 apresenta o total de área do município e o número de estabelecimentos agropecuários a partir dos Censos do IBGE, desde a década de 1970:

Tabela 02 – Área e estabelecimentos agropecuários de Santa Helena - PR

Ano do Censo	1970	1975	1980	1985	1995/1996	2006	2017
Área dos Estabelecimentos	60.178	80.191	75.136	60.249	47.218	41.359	40.910
Número de Estabelecimentos	3.418	5.661	4.169	3.170	2.376	2.414	1.599
Área de lavouras temporárias	23.701	57.458	71.968	37.735	29.019	24.240	26.859

Fonte: Censos Agro (IBGE), 1970, 1975, 1980, 1985, 1995/1996, 2006, 2017, adaptado pelos autores.

A partir dos dados da Tabela 02, pode-se identificar que houve a diminuição da área e estabelecimentos a partir do Censo de 1985, decorrente do alagamento da área do município, em função da construção de Itaipu. Segundo Germani (2003), Santa Helena teve aproximadamente 13,9% de sua área produtiva afetada pelo alagamento.

Além desse aspecto, pode-se inferir que houve um processo de concentração da estrutura fundiária no município, já que o número de estabelecimentos diminuiu de 3.170 em 1985, para 2.376 em 1995. Conforme Kleinke, Deschamps e Moura (1999), a concentração da estrutura fundiária repercute não somente sobre o proprietário do imóvel como também afeta o pessoal ocupado na atividade agropecuária, ocasionando a diminuição da força de trabalho efetivamente ocupada nesse setor.

Aliado a construção da Usina de Itaipu, houve o forte processo de mecanização e automação pelo qual passou o setor agrícola paranaense nesse período. No Oeste do Paraná, esse processo foi “marcado pela introdução maciça, no campo, de avançadas técnicas de cultivo, de substituição de culturas alimentares pela produção de commodities e de alterações radicais nas relações de trabalho” (IPARDES, 2003, p. 24).

O impacto social foi muito grande na região afetada pelas ações da Usina Hidroelétrica de Itaipu Binacional e entre outros, o município de Santa Helena, além de sofrer com a perda de parte de sua área produtiva, com solo fértil e a agricultura uma das principais atividades, resultando no impacto dos rendimentos econômicos do município, também sofreu com a migração de pessoas, que significam força de trabalho, além dos vínculos culturais do município (SANTA HELENA, 2008).

Com a construção da Itaipu Binacional, no Rio Paraná, o governo do Brasil e do Paraguai passaram a receber mensalmente, a partir de 1985, uma compensação financeira, denominada *royalties*. Os municípios que tiveram impactos com a sua construção e passaram a receber royalties foram: Guaíra, Marechal Cândido Rondon, Santa Helena, Missal, São Miguel do Iguaçu, Medianeira, Santa Terezinha de Itaipu, Diamante D'Oeste, Terra Roxa, Foz do Iguaçu, Mercedes, Pato Bragado, Entre Rios do Oeste, São José das Palmeiras, Itaipulândia e Mundo Novo (Mato Grosso do Sul – MS) (ITAIPU, 2016). A Itaipu paga mensalmente *royalties*⁴, que são uma compensação financeira pela utilização do espaço geográfico para formação do lago de Itaipu. Estes valores são estipulados em dólares americanos e repassados mensalmente aos Municípios e ao Estado do Paraná. Os royalties de Itaipu foram estipulados no tratado de Itaipu de acordo com o Anexo C (ITAIPU, 2016).

A partir de 2023, esses recursos irão cessar, data já prevista no tratado de Itaipu, anexo C, publicado em 30 de agosto de 1973, no Diário Oficial da União (ITAIPU, 2016). A distribuição dos royalties se faz de maneira proporcional à área de terra alagada dos municípios com percentuais definidos pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) (ITAIPU, 2020), conforme a Tabela 03:

⁴ Parcelas do valor de um produto ou serviço (ou partes referentes ao lucro) que são pagas a pessoa detentora de um direito, normalmente uma patente, concessão etc. (DICIONÁRIO ON LINE DE PORTUGUÊS, 2021). Os royalties são definidos pelo Tratado de Itaipu, assinado em 26 de abril de 1973, e as bases financeiras estão descritas no seu Anexo C. O cálculo do valor considera a quantidade de energia gerada mensalmente e índices de atualização do dólar. A distribuição é feita de acordo com a legislação de cada país (ITAIPU, 2021).

Tabela 03 - Área Alagada dos municípios da mesorregião Oeste do Paraná

Município	(Km ²)	%
Diamante do Oeste	5,62	0,54%
Entre Rios do Oeste	32,90	3,13%
Foz do Iguaçu	201,84	19,23%
Guáira	51,01	4,86%
Itaipulândia	179,73	17,12%
Marechal Cândido Rondon	56,04	5,34%
Medianeira	1,16	0,11%
Mercedes	19,32	1,84%
Missal	40,07	3,82%
Mundo Novo (MT)	14,71	1,40%
Pato Bragado	47,07	4,48%
Santa Helena	263,76	25,13%
Santa Terezinha de Itaipu	41,90	3,99%
São José das Palmeiras	1,94	0,18%
São Miguel do Iguaçu	90,91	8,66%
Terra Roxa	1,58	0,15%
Totais	1.049,56	100%

Fonte: ITAIPU BINACIONAL, adaptado pelo autores (2020).

Ocorreu, portanto, uma reconfiguração regional e os municípios passaram a ter o Lago de Itaipu como elemento em comum, modificando a região Oeste do Paraná (CASAGRANDE e DE SOUZA, 2015).

No município de Santa Helena, os projetos de turismo e industrialização passaram a ser vistos pelos setores dominantes e como o símbolo do “desenvolvimento” que o lago proporcionou, especificamente a partir de 1990, quando o município se projetava como “local de progresso”, em virtude da riqueza proporcionada pelos royalties pagos pela Itaipu Binacional (LANGARO, 2005: p.66).

No final da década de 1980 e a década de 1990 a atenção em ampliar a área destinada para a implantação de indústrias teve força com a aquisição 72,6 mil metros quadrados para criação do Parque Industrial II10 e 37 mil metros quadrados para o Parque Industrial III-11, “representando aumento de 174% da área industrial em quatro anos” (PREFEITURA DE SANTA HELENA; JORNAL COSTA OESTE, 1996:6).

As relações na vida dos trabalhadores que permaneceram no município de Santa Helena, a partir da década de 1980 refletem as mudanças sociais daquela ocasião, atingindo aqueles que permaneceram no meio rural e aqueles que foram para a sede municipal e outros municípios da região.

Com a formação do Lago de Itaipu, as propriedades pequenas, chácaras e sítios que passaram a ser mais valorizados com os novos investimentos por parte da administração e dos próprios proprietários. Assim, muitos proprietários construíam e investiam em chiqueiros e aviários, bem como melhorias em suas casas. A administração municipal, por sua vez, incentivou empresas do ramo alimentício, como a fábrica de biscoitos Santa Gemma

inaugurada em 2008, e a implantação da Unidade Produtora de Pintainhos da Cooperativa Lar, com sede em Vila Celeste.

Santa Helena é um dos municípios que mais recebem anualmente recursos provenientes de royalties. Só em 2019 recebeu R\$ 122,7 milhões (ITAIPU, 2020) e têm seu orçamento vinculado em grande parte pelas compensações pagas pela Itaipu. Quanto aos impactos gerados com as hidrelétricas, os problemas ambientais são problemas eminentemente sociais, gerados e atravessados por um conjunto de processos sociais (LEFF, 2000), e a construção das usinas hidrelétricas ocasiona amplos impactos sobre o meio ambiente e uma enorme transformação no espaço geográfico, caracterizando uma reconfiguração e uma reordenação e um dos impactos se deu com a inundação de áreas agricultáveis, impactando diretamente nas pequenas propriedades rurais.

2.3. Agricultura familiar

Os estudos referentes à agricultura familiar e seus atores sociais mostram a importância de sua permanência no meio rural brasileiro, bem como de suas práticas na busca de reprodução e sobrevivência nas regiões. O papel da agricultura familiar transcende aos aspectos econômicos, relacionados à produção de alimentos e à geração de renda, necessitando da análise de seu papel social pela interação desses agricultores com o território. O entendimento da interação dessas unidades familiares e a avaliação das suas dimensões, assim como sua própria evolução, podem ser apreciados pelo levantamento das suas características locais ou em pequenas regiões onde se encontram tais unidades familiares (JUNIOR et al, 2021).

A preservação da agricultura familiar, no meio rural brasileiro é essencial, pois uma região rural terá um futuro mais ativo, se a capacidade de diversificação da economia local for impulsionada pelas características de sua agricultura (VEIGA et al.,2001). A FAO apresenta que “a agricultura familiar é de longe a forma mais prevalente de agricultura no mundo e estima que ela ocupa cerca de 70-80% das terras agrícolas e produz mais de 80% dos alimentos do mundo em termos de valor” (2014a, p.11).

Neste sentido a agricultura familiar constitui uma alternativa para o homem, mulheres e crianças permanecerem no campo, atrelada a pressupostos de um crescimento econômico, mas com respeito pela natureza, por procedimento de exploração sustentável. (ABRAMOVAY, 2007).

Muitos autores descrevem o cooperativismo como uma opção e oportunidade de superar os problemas e fortalecer as atividades produtivas, ajudando nas conquistas e buscando sempre os melhores resultados, e é nesse contexto que surge o pequeno agricultor familiar, tentando fortalecer sua atividade produtiva ingressando em associações e cooperativas.

2.4. Cooperativismo

A história do cooperativismo começa no século XIX, motivada pelas mudanças causadas pela Revolução Industrial. A partir daí, observa-se os primeiros sinais do cooperativismo, quando tecelões de Rochdale, na Inglaterra, em 1844, se unem em

associações para terem acesso a alimentos mais baratos, através da compra direta junto ao produtor, eliminando dessa forma a figura do intermediário. Essa foi a primeira forma de cooperativa de que se tem conhecimento, e mesmo não sendo uma cooperativa de crédito, foi o movimento que deu origem a toda forma de cooperativa conhecida hoje em dia (MEINEN; DOMINGUES; DOMINGUES, 2002 apud ESCHER e SPAREMBERGER, 2016).

No Brasil, a cultura da cooperação é observada desde a época da colonização portuguesa, estimulada por funcionários públicos, militares, profissionais liberais, operários e imigrantes europeus. Oficialmente, nosso movimento teve início em 1889, em Minas Gerais, com a fundação da Cooperativa Econômica dos Funcionários Públicos de Ouro Preto — cujo foco era o consumo de produtos agrícolas. Depois dela, surgiram outras cooperativas em Minas e nos estados de Pernambuco, Rio de Janeiro, São Paulo e Rio Grande do Sul.

O cooperativismo não é um modelo de negócio, vai além, pois consiste numa filosofia de vida em busca de transformar as pessoas e o próprio mundo, com mais justiça, equidade, equilíbrio e melhores oportunidades para todos. Consistem numa maneira, num processo que mostra que é possível unir desenvolvimento econômico e desenvolvimento social, produtividade e sustentabilidade, o individual e o coletivo. (OCB, 2021)

A junção de pessoas num objetivo comum, tornando uma organização, onde todos são donos do próprio negócio o qual proporciona ganhos para todos os cooperados, para a sociedade, comunidade enfim, ao planeta. O cooperativismo substitui a relação emprego-salário pela relação trabalho-renda. (OCB, 2021)

A capacidade de organização dos produtores em torno de objetivos comuns, decorre do esforço de criação das cooperativas. Ademais, a ideia de criação da cooperativa encaixa-se perfeitamente aos projetos de desenvolvimento econômico e social voltados para atender aos propósitos e interesses dos agricultores, principalmente de pequeno porte, como destaca a agricultura familiar e a própria agroindústria em Santa Helena - PR.

3. Metodologia

Este estudo caracteriza-se como uma pesquisa bibliográfica realizada em materiais já existentes, constituídos principalmente de livros e artigos científicos escritos por autores e pesquisadores já renomados quanto aos temas abordados dentro da academia. Pesquisa bibliográfica é a análise e estudo de documentos científicos como livros, enciclopédias, periódicos, ensaios científicos, dicionários e artigos científicos (OLIVEIRA, 2007).

4. Análise e Discussão dos Resultados

A região Oeste do Paraná tem influência e representatividade nos setores de agronegócio pois existem muitos estabelecimentos familiares onde a fonte de renda e sobrevivência desses agricultores são as suas terras.

Conforme o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (2019), no município de Santa Helena-PR, a agropecuária participa com 27,48% do Produto Interno Bruto - PIB, tendo como os setores mais influentes deste resultado a produção da pecuária leiteira, aves e suínos e da produção agrícola da soja e do milho. O grau de urbanização é de

53,76%, o que significa um percentual de 46,24% de população rural, um valor expressivo. O IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) é de 0,744 (IPARDES, 2019). O município produziu em 2017, 49.500 toneladas de soja, 146.400 toneladas de milho e 12.834 toneladas de mandioca (IPARDES, 2019).

Conforme o Censo Agro 2017, possui 1.599 estabelecimentos agropecuários, em 40.910 hectares de área, com 26.859 hectares de lavoura temporária, com 1.037 estabelecimentos agropecuários que recebem assistência técnica (IBGE, 2019).

Dentre as atividades de cooperativismo no município, existe o CAP (CENTRO AVANÇADO DE PESQUISA). O CAP é formado por uma área de 80.000 metros quadrados que pertence ao setor público do município de Santa Helena-PR, a qual, no ano de 2002, foi cedida ao IAPAR – Instituto Agrônomo do Paraná em convênio com a Itaipu Binacional e o Projeto Cultivando Água Boa para fins de desenvolvimento de pesquisas de produção de fruticultura. A Itaipu Binacional, então, criou então o programa de Culturas Alternativas em convênio com o Instituto Agrônomo do Paraná (IAPAR), com o objetivo de ofertar cultivos de maior valor agregado, dentre eles a fruticultura com a colaboração da Prefeitura Municipal de Santa Helena-PR. Posteriormente, o programa passou a ser denominado Cultivando Água Boa (KLESENER, 2020).

Outra cooperativa no município é a Cooperativa Agrofamiliar Solidária (Coofamel). A produção de mel no Brasil e no Paraná tem ganhado espaço como alternativa de produção e fonte de renda aos agricultores, e a Coofamel no Oeste do estado está inserida na atividade do mel e contribui para agregar valor à produção de seus associados. A cooperativa conta com mais de 250 associados, em toda a mesorregião Oeste do Paraná, com sua sede no município de Santa Helena - PR (RODRIGUES, DURSO E JUNIOR, 2015). Em 2021, a cooperativa recebeu um repasse de R\$ 419.950,00 pelo Programa Coopera Paraná, que é o Programa de Apoio ao Cooperativismo da Agricultura Familiar do Paraná, uma ação governamental com o objetivo de fortalecer as organizações cooperativas como instrumentos para melhorar a competitividade e a renda dos agricultores familiares (SEAB, 2021).

O município também é sede da Cooperativa de Trabalho e Assistência Técnica do Paraná (Biolabore). O fortalecimento do trabalho de Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater) é um auxílio aos agricultores familiares proporcionando-lhes um aporte de conhecimento técnico e social baseado no desenvolvimento sustentável. A Biolabore foi fundada em 2005 por formandos das ciências agrárias que optaram por uma atuação diferenciada no mercado de trabalho, buscando serviços que satisfizessem suas necessidades financeiras, e que, mais do que isso, pudessem prestar seus conhecimentos para o desenvolvimento da agricultura. Desde seu início, firmou contratos e convênios para a atuação em iniciativas que visassem ao desenvolvimento rural sustentável. (MATTIA et al, 2019).

Dentre suas ações estão as iniciativas de redução do uso de agroquímicos através do emprego de soluções alternativas (como caldas, adubos orgânicos e homeopatia), o desenvolvimento rural sustentável, promovendo a integração dos agricultores familiares, a equidade de gênero, valorizando a mulher do campo e incentivando seu empoderamento, o apoio à soberania alimentar e nutricional, contribuindo para o acesso dos agricultores a programas institucionais como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa

Nacional de Alimentação Escolar (Pnae) e garantindo a qualidade superior nos alimentos produzidos e comercializados (MATTIA et al, 2019, BIOLABORE, 2021).

Existe também a Cooperativa Agroindustrial Lar, uma cooperativa que atua no agronegócio, comercializando produtos agropecuários, industrializando soja, mandioca, vegetais congelados e aves, além de produtos nas áreas de supermercados e insumos agropecuários. (LAR, 2021).

Os empreendedores rurais também ganharam mais um aliado para expandir seus negócios, com a instituição do Sistema Unificado Estadual de Sanidade Agroindustrial Familiar, Artesanal e de Pequeno Porte (Susaf/PR). Com esse selo, que certifica a boa qualidade sanitária do produto industrializado, o produtor pode romper os limites de seu território e vender em todo o Paraná. Cinco municípios já se habilitaram para certificar agroindústrias coloniais – Francisco Beltrão, Cascavel, Mauá da Serra, Salgado Filho e “Santa Helena”, notando a presença do Município neste contexto buscando manter e fortalecer a agricultura familiar estruturada, com rentabilidade e diante de novas oportunidades de diversificação de suas atividades e fontes de renda.

Nesse sentido, Aref (2011) afirma que é essencial que as cooperativas agrícolas busquem inspirar, motivar e apoiar seus membros, bem como assegurar a sustentabilidade da produção.

5. Considerações Finais

O desenvolvimento rural está atrelado à melhoria da qualidade de vida das populações rurais e ao uso da terra, por meio de técnicas sustentáveis ou atividades agropecuárias, sempre voltado à preservação ambiental (RAMOS, 2001). Outra característica marcante dos agricultores familiares, além de desenvolver aptidões para obtenção de renda, incluem fatores subjetivos como o ‘gosto pelo trabalho na terra’, a possibilidade de ser seu próprio patrão, o apego à integração entre vida familiar e o trabalho, a possibilidade de participar de associações, cooperativas e empreendimento coletivos etc. (SCHNEIDER, 2009).

A região Costa Oeste do Paraná apresenta uma relação socioespacial diferenciada com inúmeras particularidades, pela reconfiguração do território proporcionada pela construção da Usina de Itaipu, que modificou não somente a sua paisagem, mas também as relações econômicas regionais. Com a construção da Usina de Itaipu e, conseqüentemente, a formação do lago para o reservatório de água, considerável extensão de terra ficou submersa e, por isso, os municípios lindeiros recebem *royalties* para ações em prol do desenvolvimento socioeconômico (CASAGRANDE; DE SOUZA, 2013). Recursos estes, que mediante políticas públicas e o cooperativismo podem contribuir na sustentabilidade da agricultura familiar, conforme identificado na pesquisa no município de Santa Helena – PR. Por isso, é importante conhecer e compreender essas experiências da agricultura familiar e cooperativas rurais. Cabe a agricultura familiar por força de sua junção em cooperativas, as quais existem, mas com fortalecimento e mais vigor, se ater a atenção pública e aos recursos que podem ser os provindos dos Royalties, pois decorrem principalmente pelas áreas cultivadas que foram alagadas.

Os agricultores familiares precisam de mecanismos que os auxiliem a ter eficiência produtiva para se manterem sustentáveis no sistema de mercado; um deles, fortemente

defendido, é o cooperativismo, o qual é referência no município analisado e seu fortalecimento deve ser atendido por iniciativas públicas, com assistência técnica e oferta de recursos financeiros para a permanência e maior incremento aos agricultores familiares no município.

A principal limitação deste trabalho é a de ser um estudo de caso de modalidade única, porém, as discussões aqui apresentadas servem como reflexão. Como proposta de estudos futuros, sugere-se uma análise das políticas públicas de apoio as cooperativas de agricultura familiar da mesorregião Oeste do Paraná.

Referências

ABRAMOVAY, R. *Paradigmas do capitalismo agrário em questão*. 3. ed. São Paulo: Edusp, 2007.

AREF, F. Agricultural Cooperatives for Agricultural Development in Iran. *Life Science Journal*, 8(1), 82-85, 2011.

BENATO, J.V.A. *O ABC do cooperativismo*. 2 ed. São Paulo: Instituto de Cooperativismo e Associativismo. OCESP, 1995, 131 p.

BIOLABORE – COOPERATIVA DE TRABALHO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA DO PARANÁ. Disponível em: Disponível em: http://biolabore.org/site/noticia/familias_de_santa_helena_recebem_certificacao_de_producao_organica.html. Acesso em 16 jul 2021.

CARVALHEIRO, E. M.; WAQUIL, P. D. *A construção social de mercados para os produtos da agroindústria familiar*. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2010. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10183/36384>. Acesso em: 05 jul. 2021.

CASAGRANDE, A. E.; DE SOUZA, E. B. C. Do planejamento ao ordenamento territorial: estudo da região costa oeste do Paraná. *Raega - O Espaço Geográfico em Análise*, 2013, 28: 67-85.

CRESTANI, L. A. *Memórias dos conflitos agrários na região Oeste do Paraná (1950-1980)*. 2010. 67 f. Monografia (Especialização em História e Humanidades) - Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2010.

COLODEL, J. A. *Obrages e Companhias Colonizadoras: Santa Helena na História do Oeste Paranaense até 1960*. Santa Helena/PR: Prefeitura Municipal, 1988.

ESCHER, M.J. SPAREMBERGER, A. *Estudo das principais diferenças: cooperativas de crédito versus bancos comerciais*. 2016. Disponível em: <https://bibliodigital.unijui.edu.br:8443/xmlui/bitstream/handle/123456789/5456/Magno%20Jacoco%20Escher.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em 26 maio 2021.

FAO - Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura. The state of food insecurity in the world 2014. *Food and Agriculture Organization of the United Nations*. Home. Disponível em: <<http://www.fao.org/publications/sofi/en/>>. Acesso em: 12 jul 2020.

GASSON, R.; ERRINGTON, A. *The farm family business*. Wallingford: Cab International, 1993.

GERMANI, G.I. *Expropriados, Terra e água: o conflito de Itaipu*. Salvador: 2ª Ed. EDUFBA/ULBRA, 2003.

GUILHOTO, J., et al. *PIB da agricultura familiar: Brasil-Estados*. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2007.

GRISA, C. SCHNEIDER, S. *Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil / Organizadores Catia Grisa [e] Sergio Schneider*. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2015. 624 p.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <https://censos.ibge.gov.br/agro/2017/templates/censoagro/resultadosagro/index.html>. Acesso em 25 maio 2021.

_____. *Banco de dados – SIDRA*. Disponibiliza acesso aos dados de diversas pesquisas realizadas pelo IBGE, como: Censo Demográfico, Censo Agropecuário, Pesquisa Nacional de Saneamento Básico etc. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>> Acesso em 23 maio 2021.

_____. *Censo Agro. 2017*. Disponível em: <https://censos.ibge.gov.br/agro/2017/>. Acesso em: 30 maio 2021.

IPARDES. *Leituras regionais: Mesorregião Geográfica Oeste Paranaense*. Curitiba, 2003.

_____. *Leituras regionais: Mesorregião Geográfica Oeste Paranaense*. Curitiba, 2019.

ITAIPU. *Royalties*. Disponível em < <https://www.itaipu.gov.br/responsabilidade/royalties>>. Acesso em: 26 jun 2021.

_____. *Relatório de Sustentabilidade*. Disponível em: <https://www.itaipu.gov.br/pdfviewer.html?file=RS-2014-Port-.pdf&titulo=Relat%C3%B3rio%20de%20Sustentabilidade%202014>. Acesso em: 01 jul 2021.

_____. *Tratado de Itaipu*. Disponível em: <https://www.itaipu.gov.br/sites/default/files/u13/tratadoitaipu.pdf>. 2016. Acesso em 31 maio 2021.

IRION, J.E. *Cooperativismo e Economia Social*. São Paulo, STS, 1997. 344 p.

JUNIOR, V.S.; GRANDI, A.M.; BESEN, F.G.; BORTOLANZA, J. COLTRE, S.M. Agricultura familiar e sua interação com o território da Costa Oeste paranaense. *Rev. Econ. NE*, Fortaleza, v. 52, n. 2, p. 139-154, abr./jun., 2021

KLESENER, H.M. *et al. Para além da geração de renda: os significados da fruticultura para os agricultores familiares de Santa Helena-PR*. 2020. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Rural Sustentável – UNIOESTE – Marechal Cândido Rondon - PR.

KLEINKE, M.L. DESCHAMPS, M. V. MOURA, R. Movimento migratório no Paraná (1986-91 e 1991-96): origem distinta e destinos convergentes. *Revista Paranaense de Desenvolvimento*, Curitiba, IparDES, n. 95, p. 27-50, jan./abr. 1999.

LAMARCHE, H. *L'agriculture familiale: une réalité polymorphe*. Paris: L'Harmattan, 1993.

LAR – COOPERATIVA AGROPECUÁRIA LAR. Disponível em:
<https://www.lar.ind.br/en/unidades/unidade-de-santa-helena-2/> Acesso em 12 jun 2021.

LEFF, E. Pensamento sociológico, racionalidade ambiental e transformações do conhecimento, p. 109-157. In: LEFF, Enrique. *Epistemologia ambiental*. Cortez Editora, São Paulo, 2000.

LIMA, I.T.C. *Itaipu: as faces de um megaprojeto de desenvolvimento*. Marechal Cândido Rondon-PR: Editora Germânica, 2006.

MATTIA, V. ZONIN, W.J. GREGOLIN, M.R.P. Ações da Nova ATER para a Agricultura Familiar na Bacia Hidrográfica do Paraná 3: caracterização e demandas. *Rev Ext Rural*, v. 26, n. 2, p. 56-75, 2019.

MAZZAROLLO, J. *A Taipa da Injustiça: esbanjamento econômico, drama social e holocausto ecológico em Itaipu*. 2ª Ed. São Paulo: Edições Loyola, 2003.

MEINEN, E. DOMINGUES, J.N. DOMINGUES, J.A.E. (Org.). *Cooperativas de crédito no direito brasileiro*. Porto Alegre: Sagra Luzzatto, 2002.

OCB – ORGANIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS BRASILEIRAS – Disponível em:
<https://rio.coop/cooperativismo/>. Acesso em 15 maio 2021.

OLIVEIRA, M. M. *Como fazer uma pesquisa qualitativa*. 3. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2007.

PINHO, D.B. *O pensamento cooperativo e o cooperativismo brasileiro*. São Paulo, CNPQ, 1982, 272 p.

PIRES, M. L. L. S. (2010). O Cooperativismo Agrícola Como Uma Forma de Neutralizar as Desvantagens Competitivas da Agricultura Familiar. Em análise a Coopercaju. In: XXXIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, Caxias do Sul, RS, Brasil.

PRIORI, A. POMARI, L.R. AMÂNCIO, S.M. IPÓLITO, V.K. *História do Paraná: Séculos XIX e XX*. Maringá: Eduem, 2012. 234 p.

RAMOS, E.C. Educação Ambiental: origem e perspectivas. *Educar*, Curitiba, n. 18, p. 201-218, 2001. Editora da UFPR. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/er/a/NhDhdgkXcnwdzbLwmmz9T4y/?format=pdf&lang=pt> Acesso em 15 abril 2021.

RIBEIRO, M.F.B. *Memórias do concreto: vozes na construção de Itaipu*. Cascavel: Edunioeste, 2002.

RIBEIRO, K. Á.; NASCIMENTO, D. C.; DA SILVA, J. F.B. A importância das cooperativas agropecuárias para o fortalecimento da agricultura familiar: o caso da associação de produtores rurais do núcleo de VI Petrolina/PE. *Encontro Brasileiro de Pesquisadores em Cooperativismo*, v.12, 2012.

RODRIGUES, E.A.G.; DURSO, E.D.; JUNIOR, W.F.R. O potencial para indicação geográfica do mel na Costa Oeste do Paraná: estudo de caso da cooperativa Coofamel. *Globalização em Tempos de Regionalização – Repercussões no Território Santa Cruz do Sul*, RS, Brasil, 9 a 11 de setembro de 2015.

SEAB – SECRETARIA DA AGRICULTURA E ABASTECIMENTO DO PARANÁ.
Disponível em: <https://www.agricultura.pr.gov.br/Pagina/Coopera-Parana>. Acesso em 01 de julho 2021.

SCHNEIDER, S. A presença e as potencialidades da agricultura familiar na América Latina e no Caribe. *Redes* (St. Cruz Sul, Online), v. 21, nº 3, p. 11 - 33, set./dez. 2016.

_____. A pluriatividade e o desenvolvimento rural brasileiro. *Cadernos do CEAM*, “Agricultura Familiar e Desenvolvimento Territorial – Contribuições ao Debate”. Brasília, ano V, n. 17, p. 23-42, fev. 2005.

_____. La pluriactividad en el medio rural brasileño: características y perspectivas para la investigación. In: GRAMMONT, H. C. de; MARTÍNEZ VALLE, L. (Comp.). *La pluriactividad en el campo latinoamericano*. Quito: Flacso, 2009. v. 1, p. 132-161. (Foro).

SOUZA, Edson Belo Clemente de. *Estado: produção da região do Lago de Itaipu*. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista. Presidente Prudente, 2002.

VEIGA, José Eli da. *O desenvolvimento agrícola: uma visão histórica*. 2. ed. São Paulo: Edusp, 2007.

VEIGA, J. E.; FAVARETO, A.; AZEVEDO, C.M.A.; BITTENCOURT, G.; VECCHIATTI, K.; MAGALHÃES, R.; JORGE, R. *O Brasil rural precisa de uma estratégia de desenvolvimento*. Brasília: Convênio FIPE- IICA(MDA/CNDRS/NEAD), 2001. 108 p.

WACHOWICZ, R.C. *História do Paraná*. Curitiba: Vicentina, 1988.

_____. *Obrageros, mensus e colonos: história do Oeste Paranaense*. Curitiba: Vicentina, 1982.

ZARAFSHANI, K., ROSTAMITABAR, F., HOSSEININIA, G. H., AKBARI, M., & AZADI, H. (2010). Are Agricultural Production Cooperatives Successful? A Case Study in Western Iran. *American-Eurasian J. Agric. & Environ.*, 8(4), 482-486.

Recebido em 12/09/2021
Aprovado em 26/01/2022